

# A mediação crítica do tradutor e do intérprete em contextos interculturais

*Leila Cristina de Melo Darin*

Doutora em Semiótica e Professora de Tradução na PUCSP

KATAN, David

*Translating Cultures*. An Introduction for Translators, Interpreters and Mediators. 2.ed. UK: St Jerome Publishing, 2004. 380 pg.

## ■ Breve panorama

Em 1935, o antropólogo polonês Bronislaw Malinowski cunhou a expressão “contexto da situação” (ou “contexto da cultura”), alertando para o fato de que uma língua (ou qualquer produção de linguagem) só pode ser compreendida, isto é, fazer sentido, no contexto da cultura na qual está enraizada. Ao analisar o idioma nativo dos habitantes das Ilhas Trobriand, Malinowski concluiu que só é possível traduzir a palavra *kayamatana*, termo técnico para competições entre canoas, levando-se em conta o significado emocional do termo no contexto das cerimônias, do comércio e das atividades da tribo.

É com base em Malinowski (p.99-100) e em vários outros estudiosos da linguagem que David Katan oferece ao leitor - nessa segunda edição revisada e ampliada de *Translating Cultures* (1.ed., 1999) - uma discussão oportuna e bem fundamentada sobre o papel crucial da cultura na construção, percepção e tradução das realidades. Oportuna porque, hoje, eventos da área de Estudos da Tradução em todo o mundo enfatizam a importância do fator cultural para a comunicação, a tradução e a interpretação; bem fundamentada, pois reúne as contribuições de diversos campos de saber, dentre outros, a Antropologia Cultural, a Teoria da Tradução, a Programação Neurolinguística, a Gramática

Funcional. A obra de Katan, professor de Tradução na Scuola Superiore de Lingue Moderne per Interpreti e Traduttori da Universidade de Trieste (Itália), é especialmente interessante e eloqüente graças à riqueza de exemplos extraídos de textos e depoimentos, envolvendo diferentes pares de línguas e inúmeros contextos de comunicação.

Logo na página 2 da Introdução, Katan apresenta aos leitores – tradutores, intérpretes, estudantes dessas áreas e outros mediadores culturais - a classificação de algumas profissões segundo o Documento 3037/90 da UE. Dentre elas, a número 74.83 define as “Atividades secretariais e de tradução”, relacionando as seguintes tarefas: digitação, taquigrafia, envio de informações (endereçamento de cartas e correspondências; compilação de listas de endereços), transcrição de fitas ou discos, cópia, revisão tipográfica, tradução e interpretação. Esses dados, a meu ver, funcionam como uma astuta “provocação” para a leitura e tecem o pano de fundo a partir do qual a argumentação do livro se desenvolve: é preciso mudar a visão de que tradutores e intérpretes são “dicionários humanos” ou “copistas”, para que possam ser reconhecidos como agentes visíveis no processo de (re)estabelecimento das condições necessárias para a comunicação entre povos e pessoas.

Com base nessa premissa, *Translating Cultures*

desenvolve-se em quatro seções. A primeira, que abrange os capítulos de I a VI, apresenta uma série de tópicos voltados para a conceituação de cultura, de sua estrutura e de seus níveis; o conceito de tradução é inserido como parte inerente da interação dinâmica entre comunicação e cultura. Nessa parte do livro, são traçados os fundamentos para a discussão posterior e apresentadas idéias inspiradas em enfoques interdisciplinares que articulam, entre outros, a Antropologia Cultural (Sapir, Hall, Bateson), a Teoria dos Atos da Fala (Austin, Searle), a Sociolinguística (Bernstein, Gumperz, Dell), a Programação Neurolinguística (Bandler e Grinder), a Teoria da Relevância (Sperber e Wilson) e a Gramática Funcional de Halliday.

Os capítulos VII e VIII, que constituem a segunda parte do livro, detêm-se nas estratégias empregadas pelo tradutor como mediador intercultural nos inúmeros contextos da comunicação humana. Alguns dos teóricos da tradução cujas idéias norteiam as considerações sobre o papel do tradutor são Nida, Baker, Bassnett, Bell, Hatim e Mason, Holmes, Vermeer, Newmark, Snell-Hornby e Wills.

A terceira seção de *Translating Cultures* (capítulos IX a XII) aborda a influência que a cultura exerce sobre a comunicação, abrangendo todo e qualquer tipo de manifestação cultural e linguística. Em outras palavras, o contexto cultural imprime suas orientações a todo e qualquer produto que gera; embora amplo e partilhado, tal contexto é, em grande medida, implícito e inconsciente. Katan conta aqui com os *insights* de Barthes, Tymoczko, Grice, Bateson, Halliday e, em particular, de Edward Hall e seu Modelo de Análise do Processo Comunicativo, o qual enfatiza a importância da comunicação implícita e explícita na troca de mensagens entre culturas.

O capítulo XIII, e última parte do livro, introduz um acréscimo em relação à 1ª edição. Seu foco é contribuir para a formação de tradutores e intérpretes no que concerne ao ensino da competência intercultural, visando à transformação da identidade desses profissionais. O Interculturalismo de Milton Bennett é um dos pilares sobre os quais o autor erige seu raciocínio.

De modo geral, o livro de Katan procura dar coerência a uma série de visões sobre a cultura, a fim de destacar a importância do fator cultural na formação de tradutores e intérpretes. Todas as seções são ilustradas com exemplos concretos e de grande valia para corroborar os argumentos, o que torna a leitura agradável

e estimulante.

### ■ Minha língua, meu mundo

Dentre as várias abordagens ao estudo da cultura e as muitas tentativas de defini-la, o autor destaca o conceito de cultura como processo dinâmico, “como sistema histórico, criativo, de símbolos e significados...” (ROBINSON, 1988); como *habitus*, i. e., sistema de estruturas internalizadas, esquemas comuns de percepção, concepção e ação, resultantes de inculcação e costume (BOURDIEU, 1990). A cultura, assim, é entendida como sistema partilhado que visa interpretar a realidade e organizar as experiências; cada aspecto da cultura está intimamente interligado ao sistema maior (Cultura), que forma um contexto “unificado”, a despeito da heterogeneidade a ele inerente. Toda cultura implica um conjunto implícito, “não aprendido”, de crenças, valores, comportamentos, estratégias e processos cognitivos (p. 26-7). Dada sua natureza dinâmica, implica, também, a negociação entre os sistemas já internalizados e a “realidade externa”. Nesse ponto, vale ressaltar que a “realidade externa” é devidamente conceituada como *representação*.

Para deixar clara essa idéia fundamental, Katan faz uma analogia entre a noção de realidade e um mapa: ambos envolvem necessariamente três elementos: *generalização*, *distorção* e *omissão* (p. 120). Isso significa que os dois são representações parciais e seletivas de territórios, e que, portanto, não coincidem com o território. Assim, o que chamamos de “realidade” é uma construção, em permanente estado de edificação, mediada pela cultura e estruturada pela língua. Cada cultura faz um recorte próprio, que constitui o macrocontexto a partir do qual as interações verbais podem ser interpretadas e fazer sentido. Portanto, a língua, como expressão cultural, é produto da cultura ao mesmo tempo que a produz e continuamente a recria. E Katan é generoso na quantidade de casos que apresenta para ilustrar esse pressuposto sobre o qual se alicerça sua argumentação.

Para que o tradutor, o intérprete ou outros mediadores culturais possam conscientizar-se dos inúmeros aspectos que compõem uma cultura, Katan apresenta diversos modelos (capítulos II, III e IV), dentre os quais destaca o estudo de Programação Neurolinguística de Dilts. Esse modelo procura detalhar como indivíduos e sociedades organizam e estruturam

suas experiências em “tipos lógicos”, ligados entre si. Os seis tipos respondem às seguintes perguntas: Onde e quando? O quê? Como? Por quê? Quem? (p. 54-6).

- Ambiente: territórios físicos; territórios ideológicos; clima; espaço; espaço construído; vestimenta; odor e alimentos; referências temporais;
- Comportamento: o certo e o errado (guias de conduta; etiqueta; provérbios; ditos);
- Capacidades/estratégias/habilidades: canais de comunicação; rituais; estratégias;
- Valores;
- Crenças;
- Identidade.<sup>1</sup>

Katan detalha todos os tipos e seus componentes, ilustrando-os com exemplos de vários contextos culturais (p.63-85).

A definição de cultura que melhor traduz a Teoria dos Tipos Lógicos é, segundo o autor, a de Saville Troike (1986):

A cultura abrange todas as regras partilhadas de comportamento adequado que são aprendidas pelos indivíduos por pertencerem ao mesmo grupo ou comunidade, bem como os valores e crenças subjacentes aos comportamentos manifestos.<sup>2</sup> (p. 56)

O comportamento em relação ao tempo, mais precisamente em relação ao atraso, por exemplo, varia em diferentes culturas, de acordo com as diferentes situações. Na cultura A, tolera-se um atraso de até 5 minutos para reuniões de negócios, ao passo que na B o limite de tolerância é de 20 minutos. Em geral, as culturas têm formas particulares de se relacionar com o tempo, podendo ser mais ou menos rígidas, dependendo do ponto de vista. Na Alemanha, por exemplo, a prática de iniciar uma palestra na universidade 15 minutos após o horário estipulado (prática comum em muitos países) é explicitamente assinalada na própria convocação: “09.00s.t.” indica que a palestra começará em ponto, e “09.00c.t.” sinaliza que terá início 15 minutos após 9:00hs (p. 279). Entretanto, é bom lembrar que essas regras não são válidas para a cultura “como um todo”, pois há muitas variações e posições conflitantes dentro do que chamamos “uma” cultura ou “uma” língua. Como disse Oscar Wilde: “Temos realmente muita coisa em comum com os Estados Unidos hoje, exceto é claro, a língua”. Ou nas palavras de Bernard Shaw: “A Inglaterra e os Estados Unidos são dois países separados pela mesma língua” (p. 255).

Assim, os significados verbais só podem ser produzidos e compreendidos no quadro mais amplo dos pressupostos culturais que informam todas as formas de interação social, dentre elas as convenções e os acordos, as regras, os costumes, os hábitos, os mitos, os rituais. Tais pressupostos são em grande parte implícitos, mas são facilmente percebidos ou intuídos por aqueles que deles partilham rotineiramente. Os implícitos das trocas verbais, contudo, podem passar despercebidos por aqueles que não pertencem à cultura e não têm consciência de que toda expressão de linguagem deve ser situada no contexto de sua produção. Como observa Margherita Ulrych (1992), nós reagimos às palavras, “aos julgamentos de valor cultural ou socialmente determinados, que estão implícitos na semântica das palavras” (p. 46). A análise dos pressupostos de uma breve conversa em uma *delicatessen shop* em Trieste, à p. 127, mostra com clareza o grande número de “lacunas” e informações subjacentes que motivam os diálogos, mesmos os mais banais e simples do dia-a-dia em sociedade.

A comunicação entre dois indivíduos ou grupos que falam idiomas diferentes, intermediada por tradutores ou intérpretes, requer, portanto, uma percepção aguçada das diferentes formas de interpretar a realidade. É com base na importância de desenvolver tal percepção que Katan defende que tradutores e intérpretes devem se assumir como mediadores culturais.

### ■ Comunicação intercultural: o tradutor, o intérprete

Dentre os exemplos citados para ilustrar a importância da compreensão das diferenças entre as culturas para a tradução, Katan apresenta um caso real, publicado na revista *Business Week* (25/04/92).

Trata-se da tradução do slogan *Just do it*, da companhia de artigos esportivos Nike, para o japonês (p. 116-7). O problema era expressar o princípio do *Just do it* na língua japonesa por meio de uma fórmula ágil e enxuta. Em busca de uma solução, a empresa norte-americana localizou no Japão um executivo bem-sucedido, Yukihiko Akimoto, e o levou para os Estados Unidos para uma imersão de quatro meses na cultura e na rotina da empresa Nike. Diz-se que Yukihiko parou de fumar e começou a correr. Contudo, a melhor tradução que conseguiu após os quatro meses foi algo como “Hesitar é perder tempo” (“Hesitation is waste”),

o que a equipe de publicidade da Nike refutou veementemente.

A análise da dificuldade em encontrar uma tradução, informa a revista, reside no fato de que não é possível criar um equivalente semântico na língua japonesa. Como adverte Katan, porém, a questão não é apenas de ordem semântica, mas de natureza conceitual e cultural. No Japão, a vantagem em relação aos concorrentes está ligada ao devido tempo que se dá para planejar e concretizar cada etapa, e não ao *just do it*; o valor do tempo na cultura japonesa está associado à espera, à constância, à perseverança, e não a soluções imediatas e à pressão no presente. Uma breve análise das metáforas ligadas à noção de tempo nas duas culturas pode esclarecer a diferença de perspectivas (p. 82).

Alguns ditos sobre o tempo na cultura anglo-americana indicam o senso de urgência e a prevalência do presente sobre o futuro:

- *Time flies* (O tempo voa);
- *There is no time like the present* (não há tempo melhor que o presente);
- *Take care of today and tomorrow will take care of itself* (Cuide do presente e o futuro se encarregará de si mesmo);
- *Time and tide wait for no man* (O tempo e a maré não esperam por ninguém);
- *Never put off till tomorrow what may be done today* (Nunca deixe para amanhã o que pode ser feito hoje).

Em contraste, na cultura japonesa, os seguintes provérbios ou ditos mostram um outro tipo de relação com o tempo:

- *Fall seven times, stand up the eighth* (Se caíres sete vezes, levanta-te na oitava);
- *Vision without action is daydream; action without vision is a nightmare* (A contemplação que não conduz à ação é um devaneio; a ação que não pressupõe contemplação é um pesadelo);
- *When you have completed 95% of your journey, you are only half there* (Quando você completa 95% da viagem está apenas na metade do caminho). (p. 82)

Se considerarmos que os provérbios e ditos são registros de crenças antigas e muito arraigadas das quais quase sempre não temos consciência, podemos concluir que os valores subjacentes na cultura norte-americana reiteram a idéia de ação imediata e de urgência compatíveis com o slogan *Just do it*. A cultura japonesa,

por sua vez, expressa por meio de seus ditos populares a crença na necessidade de respeitar o tempo (“dar tempo ao tempo”) e de investir em ações de longo prazo. As duas formas de conceber o tempo produzem formas distintas de interação e atuação que se deixam captar pelos idiomas, os quais não são, como possivelmente acreditavam os líderes da Nike, apenas rótulos ou adereços que acompanham o produto.

Ora, se traduzir entre duas línguas necessariamente exige conhecimento das culturas envolvidas, então é preciso rever a identidade do tradutor e estipular como sua função primeira a de facilitar a comunicação entre universos conceituais, morais e lingüísticos.

A idéia do tradutor como “agente mediador” foi aventada pela primeira vez por Steiner, em 1975, para referir-se à mediação lingüística (p. 16). A noção de “intérprete cultural” ou “mediador cultural” é proposta por Bochner e Taft (1981), que definem as competências, os conhecimentos e as habilidades que o mediador deve desenvolver nas duas línguas e culturas (p. 16-8). David Katan, para enfatizar a tarefa tradutória como *mediação cultural*, recorre à seguinte definição de Taft (1981):

O mediador cultural é aquele que facilita a comunicação, o entendimento e a ação entre pessoas ou grupos que possuem línguas e culturas diferentes. O papel do mediador é interpretar as expressões, as intenções, as percepções e as expectativas de um grupo cultural para outro, ou seja, é criar condições que viabilizem a comunicação entre os dois. Para servir como tal elemento de ligação (*link*), o mediador deve ser capaz de participar de alguma maneira de ambas as culturas. Assim, o mediador deve ser, em alguma medida, bicultural. (p. 17).

O conceito de tradutor como mediador ou especialista bicultural é defendido por teóricos da tradução, como Snell-Hornby, Hatim e Mason, Vermeer, Hewson e Martin. Para ser um comunicador intercultural são necessários conhecimentos sobre a língua no bojo de determinada sociedade: sua história, seu folclore, suas tradições, seus valores e crenças, suas proibições e tabus, seu meio natural e ideológico, seus mitos e regras comunicativas (escrita, oral, não-verbal), sua tecnologia etc. É necessário, acima de tudo, ter “sensibilidade intercultural” para avaliar os contextos, a fim de poder lidar com existência de estereótipos e preconceitos mútuos.



Evidentemente -e Katan é claro a esse respeito-, o mediador não pode ser imparcial, visto que está imerso em sua própria cultura e comprometido com tal ponto de vista; contudo, deve ter consciência de seus limites e assumir a postura ética de informar-se e inteirar-se da melhor maneira possível sobre as semelhanças e discrepâncias entre as culturas. Nas palavras de Hatim e Mason (1990), à p. 21 do livro: “... toda tradução reflete, em alguma medida, a perspectiva cultural e mental do tradutor, a despeito de seu grande esforço em procurar ser imparcial”.

Esse “esforço” para compreender o outro e a nós mesmos requer uma percepção mais ampla das formas de representar a realidade e a consciência de que “não traduzimos duas línguas, mas duas culturas” (p. 170).

### ■ Um novo olhar para o perfil do tradutor e do intérprete

A coerência e o sólido embasamento da argumentação de Katan conduzem à ressignificação do papel do tradutor e de suas atribuições. O tradutor “tradicional”, afirma ele à p. 90, tem sua identidade ligada a valores e crenças, como conhecimento da língua de partida e de chegada, conhecimento geral, precisão, perfeição, paciência, equivalência, exatidão, fidelidade ao original, invisibilidade e trabalho individual. Seu objetivo é transmitir a mensagem de uma língua para outra a fim de tornar o texto (oral ou escrito) da língua A acessível aos leitores ou ouvintes da língua B, com o mínimo de interferência possível.

O tradutor ou intérprete que faz a mediação entre culturas (p. 91-2), por outro lado, define-se a partir dos seguintes termos: valores culturais, contexto social, função do texto, interpretação, diferença, tolerância, mediação, flexibilidade, biculturalismo, valores e sentimentos pessoais, visibilidade, iniciativa e envolvimento com outros participantes do processo de tradução. Seu papel social é criar condições para o entendimento mútuo entre culturas diversas, visando promover maior integração entre conhecimentos e experiências.

O “tradutor tradicional” busca reproduzir (ou acredita que busca reproduzir) exatamente as palavras do texto de partida à procura da equivalência entre termos e “sentidos” (“conteúdos extralingüísticos”), ao passo que o mediador cultural procura situar (ou acredita que procura situar) o texto no contexto mais amplo dos valores e crenças das culturas envolvidas, considerando

os potenciais leitores. Ele(a) recria um texto que se quer *comparável* ao texto de partida, sem ambicionar ser *equivalente* a ele, embora Katan advirta para a indeterminação dos termos em questão. Para o mediador, *a diferença é a norma* (p. 170); ele(a) não espera que haja uma única tradução correta, desvinculada do “para quem, em que contexto, segundo que normas ou critérios?”.

Trata-se aqui de destacar, na tarefa do tradutor, o papel essencial da interpretação na negociação entre o que se deve e o que se pode dizer nas diferentes línguas. Se toda língua reflete um processo necessário de priorizações, omissões e generalizações, então o tradutor e o intérprete só podem trabalhar com aproximações e leituras a partir de sua percepção de sua própria cultura e da do Outro.

Preocupado com a preparação de tradutores e intérpretes que atuam como agentes biculturais, o autor dedica o capítulo XIII à elucidação de alguns aspectos importantes para a configuração da identidade desses profissionais. Para tal, recorre ao Interculturalismo de Milton Bennett (1993), antropólogo que propôs o Modelo de Desenvolvimento da Sensibilidade Intercultural para explicar as etapas pelas quais os falantes bilíngües e os tradutores e intérpretes passam até chegar à mediação entre culturas.

Segundo Bennett, nas relações interculturais, assumimos posições que repercutem na prática tradutória. A primeira delas é a posição etnocêntrica, que situa a cultura do tradutor como modelo para as outras culturas. O contato inicial com uma língua/cultura estrangeira é, com frequência, caracterizado por admiração ou rejeição; com frequência, especificidades e diferenças são ignoradas e estereótipos e generalizações, reafirmados. Um exemplo disso é a tendência a agrupar povos sob uma mesma denominação, desconsiderando seus diversificados tecidos socioculturais. O tradutor que assume tal posição em relação à cultura estrangeira acaba produzindo traduções de folhetos ou instruções que, quando afixados em hotéis ou locais públicos, fazem o leitor-alvo surpreender-se ou mesmo dar algumas boas gargalhadas. A tradução, no caso, não leva em conta as normas comportamentais e lingüísticas adotadas na língua/cultura de chegada.

Dentro dessa visão etnocêntrica, há também aqueles que, embora percebam as diferenças, as vêem como ameaçadoras, porque, de certa forma, elas desestabilizam os valores e verdades da cultura de

origem. Duas reações são comuns nesse “tipo” de etnocentrismo. A primeira é rejeitar o Outro e adotar uma postura de superioridade, que pode ser expressa pelo seguinte raciocínio: “eles são diferentes (leia-se ‘inferiores’), mas com o tempo vão evoluir e um dia chegarão até nosso modelo”. Corroborando essa postura, encontra-se a outra reação, a dos que se sentem inferiorizados diante dos padrões culturais do Outro e alimentam o etnocentrismo “pela porta de trás”: “a cultura X sim é que é boa; há respeito aos pedestres, ninguém fura fila, a polícia é eficaz e confiável...”. Ao assumir uma ou outra atitude, o tradutor pode, sem perceber, servir como disseminador de preconceitos e deixar transparecer, em sua tradução, julgamentos de valor apressados e pouco fundamentados.

Uma visão bastante comum, ainda dentro da perspectiva etnocêntrica, é a que admite a existência de diferenças, mas entende que elas não são significativas, uma vez que representam apenas uma fina camada que oculta o fato de que, no fundo, somos todos iguais, todos filhos do mesmo Deus. Ou seja, as culturas seriam acessórios, produtos superficiais que encobrem semelhanças universais. Essa concepção é perigosa e é a base para a crença, na tradução, de que o significado pode ser transferido de uma para outra língua, pois é estável e imanente; o que muda é o significante, a forma, não o conteúdo. Essa visão é compatível com a crença em uma realidade extralingüística, separada, alienada e extirpada da língua em seu contexto histórico-cultural. Supor que palavras são rótulos ou descrições de uma realidade igual para todos é acreditar que tradução é um fenômeno entre formas lingüísticas e não entre culturas, já que as últimas não diferem de fato entre si, senão em aspectos superficiais. Trata-se aqui, justamente, de refutar esse argumento.

Katan contrapõe ao “tradutor etnocêntrico” o tradutor ou intérprete intercultural. O mediador intercultural é aquele que percebe que seu modelo de mundo não é o único e que suas verdades são relativas a sua história e a sua maneira de estruturar e interpretar o real. Atento(a) à diversidade de seu próprio meio cultural, ele(a) não entende a realidade como um dado *a priori* ou extralingüístico, mas como construção social e ideológica. Para o intérprete cultural, formas diversas de interação geram determinadas crenças, princípios e valores que se manifestam em comportamentos verbais e não-verbais. A gramática e o léxico estão ancorados no quadro maior das convenções culturais que os

revestem de sentido. Cada cultura é um complexo mapa de relações e interações.

Ser bicultural, contudo, não implica necessariamente ser um mediador cultural; para ser tradutor ou intérprete é preciso transitar pelas fronteiras desses mapas com a consciência de que nada é absoluto, de que nenhum pressuposto é inquestionável e de que qualquer verdade é passível de revisão. O mapa de nossa própria cultura se enriquece com outros mapas que ampliam não a realidade, mas a leitura da realidade.

O mediador cultural valoriza a contextualização do texto de partida na cultura de chegada (p. 336). Ele(a) se entende legitimado para alterar, acrescentar, domesticar e importar conceitos estrangeiros e não se intimida com noções de fidelidade ou de literalidade nem as vê em oposição à liberdade. Sua missão é mediar a comunicação de forma a promover a cooperação intercultural entre sociedades para concretizar as metas mais diversas.

#### ■ Entre o anseio e a utopia

As culturas se assemelham e diferem ao responder ao ambiente e criar laços interpessoais. Elas orientam princípios, motivações, formas de expressão. Dão sentido a tudo que produzimos: têm coerência interna. Sua força agregadora alinhava nosso mundo por meio de tradições, história e linguagem e nos dá uma sensação de identidade, mantida e modificada pela dinâmica do tempo presente: a cada instante, resgatamos séculos de práticas e experiências individuais e coletivas, ao mesmo tempo que desafiamos todo esse conhecimento acumulado, atendendo à lei inexorável do movimento e transformação.

A cultura nos fornece chaves para a interpretação do mundo. Porém, não podemos ser ingênuos e acreditar que nossa chave ou nosso mapa são válidos para qualquer território, nem pensar que nossa perspectiva cultural é o modelo do qual todas as outras divergem. O mediador traduz culturas, facilita o contato com o outro, comunica sistemas peculiares e divergentes visões de mundo no anseio de ampliar a compreensão de si mesmo e chegar a sua própria luz, a seu próprio breu.

É possível que o perfil do tradutor/intérprete traçado pelo Interculturalismo e defendido por Katan aponte na direção de uma utopia. Podemos entendê-la como uma utopia necessária e bem-vinda, que deve ser acolhida como uma tentativa (ambiciosa, sem dúvida)

de mudar o lugar que o tradutor ocupa no imaginário social. Mais um motivo para acreditar que temos em mãos um livro que merece ser lido e debatido por todos os que praticam a mediação cultural: tradutores, intérpretes, professores, estudantes, antropólogos, viajantes, lingüistas.

Talvez o mediador intercultural seja uma nova metáfora do salvador que nos libertará da confusão de Babel e restabelecerá a compreensão e a integração entre os povos, pelo caminho do reconhecimento e convívio de diferenças. *Translating Cultures* é instigante, coerente, atual. E nos ajuda a entender algumas das limitações humanas.

## ■ Notas

<sup>1</sup> Esses níveis e seus subcomponentes formam uma rede que se interconecta por pressupostos inteligíveis para os que partilham da “mesma” cultura, mas nem sempre claros para os “forasteiros”. A vestimenta, por exemplo, inclui uma série de normas que associam conceitos como formal, informal e casual a determinadas situações. Um(a) intérprete deve estar ciente dessas práticas para apresentar-se adequadamente nos contextos em que atua como mediador(a).

<sup>2</sup> Todas as citações foram por mim traduzidas.